

# álvaro pereira

## Uma divisão inevitável

O anunciado novo estilo do presidente da República se fez sentir mais cedo do que se esperava. Antecipando-se à reunião da bancada do PMDB na Constituinte, que decidiria sobre o sistema de governo e a duração de seu mandato, o presidente Sarney surpreendeu a classe política — e especialmente à classe política peemedebista — ao proclamar que a Constituição lhe reserva o direito de permanecer seis anos no poder. Porém, num gesto de renúncia e despreendimento, ele concordava em "abrir mão" de um ano de mandato, convocando as eleições diretas de presidente para o dia 15 de novembro de 89, quando se comemora a passagem do centenário da nossa atribulada República.

Fazia o presidente uma opção clara, inquestionável, pelo mandato de cinco anos, e lançava um desafio ao maior partido político de apoio ao governo, o PMDB. Divididos entre aqueles que defendem mandatos de quatro (talvez a maior parte), cinco e seis anos, os peemedebistas teriam de fazer também a sua escolha: ou ficavam com o presidente da República e o mandato de cinco anos, ou deixavam as benesses do poder. Os cinco anos passaram a ser um parâmetro através do qual se poderia aferir o maior ou menor grau de apoio e lealdade ao presidente da República.

Num primeiro momento, o discurso do presidente Sarney surpreenderia pelo inusitado: como explicar que um político afável e cordial, que já dera demonstração de tolerância e resignação, fosse assumir um comportamento tão intransigente e determinado? O próprio presidente daria as suas explicações, ao afirmar que não era mais possível continuar governando sem conhecer a duração do mandato presidencial. O presidente esperara, durante cinco meses, por uma definição em vão: os políticos não conseguiram trazer-lhe uma solução, prolongando uma dúvida que já afetava a credibilidade e a autoridade do governo.

Na Constituinte, a nova postura firme do presidente provocaria reações imediatas. Os setores moderados do PMDB, liderados pelo deputado Carlos Santana, se sentiram estimulados a articular a formação de uma nova base de sustentação política do governo, acima dos partidos e da Aliança Democrática. O líder Carlos Santana chegou a revelar, no final da semana, que o Centro-Democrático (como seria chamada a nova maioria governista) já contava com a adesão de cerca de 309 constituintes, divididos em pelo menos seis partidos políticos, a saber: PMDB, 130; PFL, 130; PTB, 19; PDS, 18; PL, 6; PDC 6. Os líderes do PDS, do PDC e do PFL não confirmaram as previsões do líder do governo, mas o fato é que a frente interpartidária de apoio ao governo deixava de ser um sonho para ser, finalmente, um projeto político palpável.

As reações contrárias ao discurso e ao novo estilo do presidente não seriam menos contundentes. Reunida na terça-feira, a bancada de constituintes do PMDB não conseguiu número para deliberar sobre o sistema de governo e o mandato, mas revelaria todo o seu descontentamento ao votar, majoritariamente, contra o adiamento ou a transferência da decisão para a Convenção Nacional do partido, nos dias 13 e 14 de junho. No comando dessa resistência à nova postura do governo, o senador Mário Covas se afirmaria como uma liderança em ascensão no PMDB, a ponto de empolgar a maioria do partido na defesa firme e decidida do mandato presidencial de quatro anos.

Pode ser que o cisma provocado pelo discurso do presidente Sarney não passe de um fenômeno político passageiro, desses que não chegam a alterar substancialmente a realidade que os cerca. No entanto, as indicações e sintomas apontam no sentido inverso, sugerindo que o governo terá feito uma opção política decisiva e irreversível pelo mandato presidencial de cinco anos. Lançado o desafio, a divisão do PMDB entre aqueles que defendem mandatos de quatro e cinco anos parece inevitável, seja na Convenção Nacional ou nas votações em plenário previstas para outubro e novembro deste ano. O que se discute é se não seria melhor adiar a Convenção, adiando-se também um confronto que fatalmente irá ocorrer.

O presidente Sarney parece tão firme, nessa sua nova postura, que não chega a ser fora de propósito prever-se, mais que uma simples divisão, uma ruptura entre os peemedebistas que defendem mandatos de quatro e cinco anos. Aprovada e promulgada a nova Constituição, os moderados do PMDB poderão se juntar ao PFL, ao PTB e até a setores do PDS para formar um novo partido majoritário de apoio ao governo, em condições de se apresentar com um candidato forte à sucessão do presidente Sarney. Esse novo partido não seria, é claro, o PMDB — que, depurado pela saída de seus elementos mais fisiológicos, assumiria sob a liderança do senador Mário Covas uma tintura social-democrata, apresentando-se como uma alternativa viável de poder. O estranho é que neste novo quadro político-partidário, não parece haver espaço para a liderança do deputado Ulysses Guimarães.

### Frase

Do deputado Prisco Viana, do PMDB baiano, comentando as reações no PMDB ao discurso do presidente: "Estamos vivendo a fase da emoção. Virá depois a reflexão e, finalmente, a negociação".